

REQUERIMENTO Número /XII
(.ª)

PERGUNTA Número /XII
(.ª)

Assunto: Venda da participação da Caixa Geral de Depósitos na Portugal Telecom

Destinatário: Ministério do estado e das Finanças

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

A Caixa Geral de Depósitos vendeu hoje a sua participação acionista na Portugal Telecom, de 6,11%. No total, foram vendidas 54.771.741 ações, ao preço de 3,48 euros por ação. Esta é a escolha de uma venda a preço de saldo, que retira capacidade de ação do Estado num setor estratégico como é o das telecomunicações e priva a CGD de uma importante remuneração anual.

Este negócio irá prejudicar o interesse público e é um grande favor aos privados que participaram na compra, como se pode ver:

- A venda está a ser efetuada a investidores qualificados. Ou seja, apenas o BES, a Ongoing, a Telemar (da Oi), a Visabeira, a Controlinvest e alguns bancos e fundos de investimento internacionais podem comprar estas ações.

- A CGD encaixou cerca 190 ME com esta operação, um preço baixo, pois tem em conta uma cotação que está historicamente baixa. Ainda este mês a PT bateu os 4,2 euros, sendo que se fosse esse o preço tido em conta, o negócio renderia mais 33 milhões de euros. Mas se compararmos com os preços de há dois anos, esta venda resulta numa perda de 84 milhões de euros. Ainda se compararmos com o preço na altura da venda da Vivo e compra da OI, a CGD encaixaria 438 milhões de euros, mais 248 milhões do que vai encaixar agora.

- Para além disso, a venda deste bloco de ações não contabilizou um prémio pelo seu tamanho e direitos de voto que dará aos novos acionistas.

- A simples participação da CGD na PT garante, todos os anos, dezenas de milhões de euros em dividendos. A PT é a empresa que melhor remunera os acionistas. Esta venda irá significar a perda dessa remuneração.

- A participação da CGD na PT era a única voz do Estado na maior empresa de telecomunicações do país. Com esta venda, vemos o poder diminuto do Estado no setor a desaparecer.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Estado



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

das Finanças, as seguintes perguntas:

1. Como avalia o Governo a opção de venda da CGD da sua participação na PT?
2. Considera o Governo que esta venda contribui para o fortalecimento da economia nacional?
3. Foi o Governo consultado sobre esta operação?
4. Considera o Governo que foi acautelado o interesse estratégico do país?

Palácio de São Bento, 24 de outubro de 2013.

**O Deputado,
Pedro Filipe Soares**